

# PM-PA

**Oficial – Segundo Tenente**



**Editais verticalizados**

Polícia Militar do Pará

# CONHECIMENTOS BÁSICOS

## LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
  - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
  - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
  - 5.1 Emprego das classes de palavras.
  - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
  - 5.5 Concordância verbal e nominal.
  - 5.6 Regência verbal e nominal.
  - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
  - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
  - 6.1 Significação das palavras.
  - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
  - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
  - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

## INFORMÁTICA

- 1 Conceitos de Internet e intranet.
- 2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática.
- 3 Conceitos e modos de utilização de aplicativos para a edição de textos, planilhas e apresentações com a suíte de escritório LibreOffice.
- 4 Conceitos e modos de utilização de sistema operacional Windows 10.
- 5 Noções básicas de ferramentas, aplicativos de navegação e correio eletrônico.
- 6 Noções básicas de segurança e proteção: vírus, worms e derivados.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CIVIL

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).
  - 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
  - 1.2 Conflito das leis no tempo.
  - 1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural.
  - 2.3 Personalidade.
  - 2.4 Capacidade.
  - 2.5 Direitos da personalidade.
  - 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência.
- 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais.
  - 3.2. Conceito e elementos caracterizadores.
  - 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade.
  - 3.6 Domicílio.
  - 3.7 Associações. 3.8 Sociedades.

- 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. .3 Bens no comércio e fora do comércio.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico.
  - 6.1 Disposições gerais.
  - 6.2 Classificação e interpretação.
  - 6.3 Elementos.
  - 6.4 Representação.
  - 6.5 Condição, termo e encargo.
  - 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
  - 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
  - 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.
- 10 Responsabilidade civil.
- 11 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 1 Introdução ao direito administrativo.
  - 1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo.
  - 1.2 Diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.
  - 1.3 Fontes do direito administrativo.
  - 1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.
- 2 Administração pública.
  - 2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito.
  - 2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 3 Regime jurídico-administrativo.
  - 3.1 Conceito.

3.2 Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.

3.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

3.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

4 Organização administrativa.

4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

4.2 Administração direta.

4.2.1 Conceito.

4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação.

4.3 Administração indireta.

4.3.1 Conceito.

4.3.2 Autarquias.

4.3.3 Fundações públicas.

4.3.4 Empresas públicas.

4.3.5 Sociedades de economia mista.

4.3.6 Agências reguladoras.

4.3.7 Agências executivas.

4.3.8 Consórcios públicos.

4.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.

4.4.1 Serviços sociais autônomos.

4.4.2 Entidades de apoio.

4.4.3 Organizações sociais.

4.4.4 Organizações da sociedade civil de interesse público.

4.5 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

5 Atos administrativos.

5.1 Conceito.

5.2 Fatos da administração.

5.3 Atos da administração.

5.4 Requisitos ou elementos.

5.5 Atributos.

5.6 Classificação.

5.7 Atos administrativos em espécie.

- 5.8 Extinção dos atos administrativos: Revogação, anulação e cassação.
- 5.9 Convalidação.
- 5.10 Vinculação e discricionariedade.
- 5.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.
- 5.12 Decadência administrativa.
- 5.13 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 6 Poderes e deveres da administração pública: 6.1 Poder regulamentar.
- 6.2 Poder hierárquico.
- 6.3 Poder disciplinar.
- 6.4 Poder de polícia.
- 6.5 Dever de agir.
- 6.6 Dever de eficiência.
- 6.7 Dever de probidade.
- 6.8 Dever de prestação de contas.
- 6.9 Uso e abuso do poder.
- 6.10 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 7 Controle da administração pública.
- 7.1 Conceito.
- 7.2 Classificação das formas de controle.
- 7.2.1 Conforme a origem.
- 7.2.2 Conforme o momento a ser exercido.
- 7.2.3 Conforme a amplitude.
- 7.3 Controle exercido pela administração pública.
- 7.4 Controle legislativo.
- 7.5 Controle judicial.
- 7.6 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 8 Improbidade administrativa.
- Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.
- 8.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.
- 8.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 9 Responsabilidade civil do Estado.
- 9.1 Evolução histórica.
- 9.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.

- 9.3 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
  - 9.3.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
  - 9.3.2 Responsabilidade por omissão do Estado.
- 9.4 Requisitos para a caracterização da responsabilidade do Estado.
- 9.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 9.6 Reparação do dano.
- 9.7 Direito de regresso.
- 9.8 Responsabilidade primária e subsidiária.
- 9.9 Responsabilidade do Estado por atos legislativos.
- 9.10 Responsabilidade do Estado por atos judiciais.
- 10 Lei de processo administrativo do Estado do Pará (Lei 8.972/2020)

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1 Constituição.
  - 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.
  - 1.2 Supremacia da Constituição.
  - 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.
  - 1.4 Interpretação das normas constitucionais.
    - 1.4.1 Métodos, princípios e limites.
- 2 Princípios fundamentais.
- 3 Direitos e garantias fundamentais.
  - 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.
  - 3.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.
  - 3.3 Direitos sociais.
  - 3.4 Nacionalidade.
  - 3.5 Direitos políticos.
  - 3.6 Partidos políticos.
- 4 Organização do Estado.
  - 4.1 Organização político-administrativa.
  - 4.2 União, Estados federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
  - 4.3 Intervenção federal e Estado de Sítio.

- 4.4 Intervenção dos estados nos municípios.
- 5 Administração pública.
  - 5.1 Disposições gerais.
  - 5.2 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 6 Organização dos Poderes no Estado.
  - 6.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
  - 6.2 Poder Legislativo.
    - 6.2.1 Prerrogativas parlamentares.
  - 6.3 Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
  - 6.4 Poder Judiciário.
    - 6.4.1 Disposições gerais.
    - 6.4.2 Justiça Militar da União e dos Estados.
- 7 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
  - Da segurança Pública.
  - Das Forças Armadas.
- 8 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 9 Constituição do Estado do Pará. 9.1 Título VI - Da Segurança Pública.
  - Poder Executivo e Secretários de Estado.
  - Competências do TJPA.
  - Perda de posto e patente.

## DIREITO PENAL

- 1 Fontes do direito penal.
- 2 Princípios aplicáveis ao direito penal.
- 3 Aplicação da lei penal.
  - 3.1 Princípios da legalidade e da anterioridade.
  - 3.2 Lei penal no tempo e no espaço.
  - 3.3 Tempo e lugar do crime.
  - 3.4 Lei penal excepcional, especial e temporária.
  - 3.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.
  - 3.6 Pena cumprida no estrangeiro.
  - 3.7 Eficácia da sentença estrangeira.
  - 3.8 Contagem de prazo.

- 3.9 Frações não computáveis da pena.
- 3.10 Retroatividade e irretroatividade da lei penal.
- 4 Interpretação da lei penal.
  - 4.1 Classificação.
  - 4.2 Interpretação analógica e analogia.
- 5 Conflito aparente de normas penais.
- 6 Crime.
  - 6.1 Classificação dos crimes.
  - 6.2 Teorias do crime.
  - 6.3 Fato típico e seus elementos.
  - 6.4 Relação de causalidade.
  - 6.5 Superveniência de causa independente.
  - 6.6 Relevância da omissão.
  - 6.7 Crime consumado e tentado.
  - 6.8 Pena da tentativa.
  - 6.9 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
  - 6.10 Arrependimento posterior.
  - 6.11 Crime impossível.
  - 6.12 Crime doloso, culposo e preterdoloso.
  - 6.13 Agravação pelo resultado.
  - 6.14 Concurso de crimes.
  - 6.15 Erro sobre os elementos do tipo.
  - 6.16 Discriminantes putativas.
  - 6.17 Erro determinado por terceiro.
  - 6.18 Erro sobre a pessoa.
  - 6.19 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).
  - 6.20 Coação irresistível e obediência hierárquica.
  - 6.21 Illicitude e causas de exclusão.
  - 6.22 Excesso punível.
  - 6.23 Culpabilidade.
    - 6.23.1 Teorias, elementos e causas de exclusão.
- 7 Imputabilidade penal.
- 8 Punibilidade e causas de extinção.

- 9 Concurso de pessoas.
- 10 Penas.
  - 11.1 Espécies de penas.
  - 11.2 Cominação das penas.
  - 11.3 Aplicação da pena.
  - 11.4 Suspensão condicional da pena.
  - 11.5 Livramento condicional.
  - 11.6 Efeitos da condenação.
  - 11.7 Reabilitação.
  - 11.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução.
- 12 Medidas de segurança.
  - 12.1 Execução das medidas de segurança.
- 13 Ação penal.
- 14 Dos crimes.
  - 14.1 Crimes contra a pessoa.
  - 14.2 Crimes contra o patrimônio.
  - 14.3 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
  - 14.4 Crimes contra a dignidade sexual.
  - 14.5 Crimes contra a paz pública.
  - 14.6 Crimes contra a fé pública.
  - 14.7 Crimes contra a Administração Pública.
- Crimes contra o Estado Democrático de Direito.
- 15 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal.
- 16 Súmulas do STF e do STJ.
- 17 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional.
- 2 Sistemas e Princípios Fundamentais.
- 3 Aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
  - 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 4 Inquérito policial.
- 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.
  - 5.1 Princípios gerais e informadores do processo.
  - 5.2 Pretensão punitiva.
- 6 Ação penal.
- 7 Prova.
- Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptação Telefônica) e suas alterações.
- 8 Sujeitos do Processo.
- 9 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.
  - Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária) e suas alterações.
- 10 Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 (Leis dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) e suas respectivas alterações.
- 11 Prazos. 11.1 Características, princípios e contagem.
- 12 Nulidades.
- 13 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

## LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

- 1 Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) e suas alterações.
- 2 Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e suas alterações.
- 3 Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) e suas alterações.
- 4 Lei nº 7.716/1989 (Lei dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) e suas alterações.
- 5 Lei nº 8.069/1990 (Da prática e apuração de ato infracional, dos crimes em espécie e das infrações administrativas).

- 6 Lei nº 9.503/1997 (Crimes de Trânsito) e suas alterações.
- 7 Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura) e suas alterações.
- 8 Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e suas alterações.
- 9 Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações.
- 10 Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e suas alterações.
- 11. Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organização Criminosa) e suas alterações.
- 12 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e suas alterações.
- 13 Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).
- 14 Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte).
- 15 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

## **DIREITO PENAL MILITAR**

- 1 Aplicação da lei penal militar.
- 2 Crime militar.
- 3 Imputabilidade penal.
- 4 Concurso de agentes.
- 5 Penas.
  - 5.1 Penas principais.
  - 5.2 Penas acessórias.
  - 5.3 Aplicação da pena.
- 6 Suspensão condicional da pena.
- 7 Livramento condicional.
- 8 Efeitos da condenação.
- 9 Medidas de segurança.
- 12 Ação penal.
- 13 Extinção da punibilidade.
- 14 Crimes militares em tempo de paz.
- 15 Crimes militares em tempo de guerra.
- 16 Crimes propriamente militares.
- 17 Crimes impropriamente militares.
- 18 Crimes militares por extensão.

19 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

- 1 Processo Penal Militar e sua aplicação.
- 2 Polícia judiciária militar.
- 3 Inquérito policial militar.
- 4 Ação penal militar e seu exercício.
- 5 Processo penal militar em geral.
- 6 Juiz, auxiliares e partes do processo.
- 7 Denúncia.
- 8 Competência da Justiça Militar da União e dos Estados.
- 9 Questões prejudiciais.
- 10 Exceções.
- 11 Medidas preventivas e assecuratórias.
  - 11.1 Providências que recaem sobre coisas.
  - 11.2 Providências que recaem sobre pessoas.
- 12 Prisão em flagrante.
- 13 Prisão preventiva.
- 14 Menagem.
- 15 Liberdade provisória.
  - Aplicação provisória de medidas de segurança.
- 16 Citação, intimação e notificação.
- 17 Atos probatórios.
- 18 Processos em espécie.
  - Processo ordinário.
  - Processos especiais.
  - Deserção de oficial, de praça e de praça especial.
  - Insubmissão.
  - Processos penais militares de competência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
- 19 Nulidades e recursos em geral.
- 20 Execução.

21 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.  
Conselhos permanente e especial.

## **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**

1 Lei Estadual nº 5.251/1985 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará) e suas alterações.

2 Lei Estadual nº 8.388/2016 (Dispõe sobre a promoção dos Oficiais da Polícia Militar do Pará) e alterações.

3 Lei Complementar Estadual nº 142/2021 (Institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará) e suas alterações.

4 Lei Complementar Estadual nº 53/2006 (Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará) e suas alterações.

5 Lei Estadual nº 6.626/2004 (Dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Pará) e suas alterações.

6 Lei Estadual nº 6.833/2006 e suas alterações (Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará).

7 Decreto-Lei nº 667/1969 e suas alterações (Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal)

## **DIREITOS HUMANOS**

1 Teoria geral dos direitos humanos.

1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação.

2 Afirmção histórica dos direitos humanos.

3 Direitos humanos e responsabilidade do Estado.

4 Direitos humanos na Constituição Federal.

5 Política Nacional de Direitos Humanos.

Políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis (LGBTQIAPN+).

6 Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**